

PARLAMENTARES RECONHECEM O TRABALHO DO MPDFT E GARANTEM MAIS RECURSOS PARA 2001

Com atuação inédita de esclarecimento aos parlamentares, o MPDFT recebe apoio e reconhecimento ao seu trabalho. O resultado é uma suplementação orçamentária que garantirá meios para que a instituição aumente sua capacidade de atuação junto à sociedade.

Pela primeira vez na história da representação política de Brasília, os parlamentares do Distrito Federal na Câmara dos Deputados e no Senado ofereceram emendas ao Orçamento da União consignando recursos ao MPDFT.

A proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo pode ser alterada mediante a apresentação de emendas individuais – até 20, e no total de dois milhões de reais, por parlamentar - emendas de bancada, sendo quinze por Unidade da Federação, além de emendas regionais e cinco outras formuladas em cada Comissão Técnica de ambas as casas do Congresso Nacional.

Tradicionalmente, Deputados e Senadores do Distrito Federal têm dedicado suas cotas às emendas de bancada, que são definidas após longo processo de negociação. Para o orçamento do próximo exercício, numa atitude de absoluto reconhecimento ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo MPDFT, a bancada do Distrito Federal resolveu contribuir com aportes de recursos das emendas individuais, a fim de que a Instituição possa dispor de condições mais adequadas ao cumprimento dos objetivos de maior aproximação com o cidadão e a comunidade.

Graças a um bem articulado trabalho de esclarecimento aos parlamentares, a respeito das reais necessidades de suplementação orçamentária ao previsto no projeto da Lei de Meios, estão sendo alocados valores adicionais ao nosso orçamento, como demonstra o quadro abaixo.

<input checked="" type="checkbox"/>	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude	R\$ 420.000,00
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção de Serviços Administrativos	R\$ 600.000,00
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R\$ 600.000,00
<input checked="" type="checkbox"/>	Ações de Informática	R\$1.100.000,00
<input checked="" type="checkbox"/>	Capacitação de Recursos Humanos	R\$ 400.000,00
<input checked="" type="checkbox"/>	Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes	R\$ 200.000,00

Saiba mais

Uma realidade chamada
Justiça Comunitária

3

MPDFT assume o papel de porta-voz da sociedade: uma vitória sem precedentes em sua história

4 e 5

Sede da Promotoria da Infância e Juventude sai do papel em 2001

8

Portanto, o êxito do esforço ora empreendido irá garantir a concretização, já em 2001, das obras do Edifício-Sede da Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude, além de mais investimentos em informática, melhoria na manutenção de instalações e dos serviços de todas as Unidades de Execução e da Administração do MPDFT.

O projeto passa agora pela análise do relator setorial, deputado José Carlos Elias (PTB-ES), e do relator-geral, senador Amir Lando (PMDB-RO), após o que deverá ser apreciado, até o final de dezembro, pela Comissão Mista de Orçamento e em votação conjunta do Congresso Nacional.

1

ACIMA DE CORES OU BANDEIRAS, POR UM MPDFT MAIS FORTE E CIDADÃO

Desde bem antes do último concurso público, nosso futuro como instituição já se desenhava como um tortuoso e delicado desafio administrativo: estabelecer uma estratégia de prestígio político externo capaz de garantir o encaminhamento, a votação e, principalmente, a aprovação de leis federais que ampliem não apenas o número de membros, mas também o quadro funcional de nossa casa.

Tivemos um passado administrativo recente com méritos significativos no campo das práticas políticas internas. Todavia, já é hora de articular uma política externa capaz de nos render a tão almejada lei de cargos. Os concursos, um a um, foram exaurindo os cargos de Promotor de Justiça então existentes... O Ministério Público, cada dia mais assoberbado de trabalho com o crescimento das demandas sociais, espera por este futuro que teima em não chegar.

O futuro, no entanto, como já se disse, não é o que se teme, mas o que se ousa. Aliás, se não devemos — por respeito e admiração que merece — tratar o passado como um velho baú de lembranças escondido num canto qualquer de nossa memória institucional, também não podemos pensar o futuro como um simples e ingênuo depositário de sonhos e utopias.

É preciso ousar o futuro; vivê-lo, do ponto de vista administrativo, é o mesmo que ousá-lo, dia a dia, ato após ato, até o ponto de podermos dizer, em alto e bom som, que ele já começou. É nesse sentido que trabalhamos, para que ele nasça bem ali onde precisamos dele, emergindo do corpo de uma política externa que se mostre atuante e amplamente prestigiada por toda a comunidade política, independentemente de cores, tendências ou inclinações partidárias, para que possamos colher os frutos de que mais necessitamos.

Ora, o prestígio político que se persegue e se conquista não é outra coisa senão o prestígio do próprio Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que, atuando num cenário mais amplo e com maiores perspectivas políticas, vem ocupando o espaço que a Constituição Cidadã lhe reserva através da ação vigorosa e devidamente instrumentalizada de cada Procurador, cada Promotor de Justiça, cada funcionário desta tão importante Instituição Pública.

Dentro dessa filosofia de trabalho, estive em férias, atuando durante 11 dias no Congresso Nacional para levar a cada parlamentar, independentemente de filiação partidária, os projetos e carências do MPDFT. O resultado está aí: obtivemos diversas emendas individuais ao orçamento da União de 2001 em favor da nossa Instituição. Além disso, conversamos com os parlamentares sobre a necessidade urgente e imperiosa de expansão de nossos quadros de membros e funcionários. Após, em conversa pessoal com o Procurador-Geral da República, este se comprometeu em enviar imediatamente, e de forma complementar, projeto emergencial de ampliação de cargos e funções no MPDFT.

Eduardo Albuquerque
Procurador-Geral de Justiça do DF

Boletim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, é uma publicação bimestral editada pela Assessoria de Comunicação Social do MPDFT - Eixo Monumental - Praça do Buriti- lote 2 – Edifício Sede – Brasília – DF – CEP: 70.091-900. Telefones: (61) 343-9604/343-9601 / 343-9690. Fax.: (61) 343-9754 – <http://www.mpdft.gov.br>.

Procurador-Geral de Justiça: Eduardo Albuquerque
Vice-Procuradora-Geral de Justiça: Nídia Corrêa Lima
Corregedora-Geral: Zenaide Souto Martins
Chefe de Gabinete: Francisco Leite de Oliveira
Diretor-Geral: José Eduardo Sabo Paes

Redação: Patrícia Oliveira, Virgínia Camargo e Aldo Gil
Fotografia: Ednair Macedo Alves e Eliane Machado
Revisão: Filemon Félix
Tiragem: 1500 exemplares
Impressão: Centros Gráfica Ltda

A LUTA PELA CIDADANIA E JUSTIÇA COMEÇA AQUI

Na conscientização que Justiça Comunitária é um direito de todos e o dever dos que conhecem a força do cidadão esclarecido

Dentro de três meses os primeiros 50 agentes comunitários irão concluir o curso de preparação da Escola de Cidadania. Eles fazem parte da primeira turma a ser preparada para atuar junto à comunidade local, pelo projeto Justiça Comunitária. Trata-se de uma iniciativa coordenada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) em parceria com o MPDFT, Universidade de Brasília (UnB), Comissão dos Direitos Humanos da OAB-DF e Defensoria Pública. O projeto visa ao fortalecimento da sociedade civil e da comunidade, por meio do exercício da cidadania. Uma aproximação da Justiça com a comunidade. O primeiro centro experimental funcionará em Ceilândia.

O curso ministrado pela Escola de Cidadania oferece noções básicas de Direito, destacando os instrumentos efetivos para a defesa do cidadão e os métodos de multiplicação deste conhecimento na sociedade. A capacitação dos agentes objetiva torná-los aptos a prestar informações visando ao ajuizamento de ações judiciais, a buscar soluções para a promoção de debates públicos, estimular a elaboração de políticas públicas e até a formulação de projetos de lei de iniciativa popular. Para aproximar a teoria do Direito da realidade local, o curso adota como ponto de partida os problemas cotidianos das comunidades, relacionando-os com o Direito. Os agentes de cidadania são lideranças comunitárias identificadas.

A Justiça Comunitária atua em rede. Os agentes detectam demandas individuais ou coletivas

Os direitos fundamentais e o Ministério Público: estes foram os temas abordados durante a primeira aula, ocorrida dia 28 de outubro, na Escola de Cidadania



da comunidade em que vivem, contando, sempre, com o suporte oferecido pelos Centros Comunitários de Justiça localizados no Fórum da região correspondente. O cidadão que necessitar de informações jurídicas para resolver problemas já instaurados ou para evitar que futuros litígios surjam poderão contar com a ajuda dos Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania que atuarão como mediadores dos conflitos.

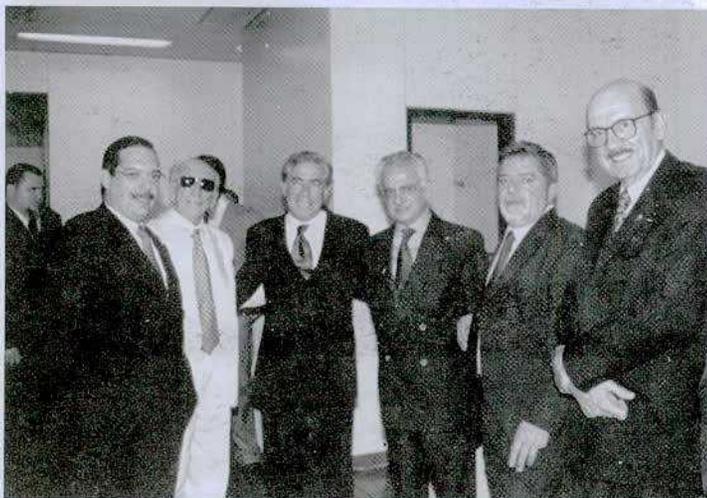
A primeira aula ministrada para os futuros agentes de cidadania, ocorrida no dia 28 de outubro, teve como tema central os direitos humanos fundamentais e o Ministério Público. Os agentes assistiram às aulas proferidas pelo Procurador de Justiça Renato Sócrates e pelo Promotor de Justiça Newton Valcarenghi, representantes do MPDFT no projeto Justiça Comunitária. Após as aulas proferidas pelos Membros do MPDFT, foram realizados debates, mostras de vídeo e oficinas com dinâmicas de grupo.



A equipe do MPDFT no Projeto Justiça Comunitária: Procurador de Justiça Renato Sócrates (esq), servidora Suely de Carvalho Schuch e o Promotor de Justiça Newton Valcarenghi

O modelo candango de Justiça Comunitária, baseado nos Centros de Cidadania, na Escola de Cidadania e nos agentes, será divulgado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Edmundo Minervino Dias, durante o próximo encontro de presidentes de Tribunais de Justiça, e poderá se tornar referência nacional.

EVENTOS



Eduardo Albuquerque (esq.), senador Lauro Campos (PT-DF), Sigmaringa Seixas, senador Pedro Simon (PMDB-RS) e Lula, durante homenagem promovida pela Câmara Legislativa, a Sigmaringa, no dia 5 de outubro

O deputado federal Pedro Celso (PT/DF) esteve, no dia 25 de outubro, no gabinete do Procurador-Geral de Justiça e elogiou o trabalho de Eduardo Albuquerque na intermediação das negociações entre comandos de greve e Governo do Distrito Federal. O deputado colocou-se à disposição do MPDFT para assuntos ligados à Câmara dos Deputados e sinalizou grande disposição em atuar, em conjunto, nas questões relacionadas com o Orçamento do MPDFT. Participaram também da reunião, o Procurador de Justiça Humberto Ulhôa e o Chefe de Gabinete da PGJ, Francisco Leite



SUCESSO DO MPDFT NAS NEGOCIAÇÕES DOS CONFLITOS GREVISTAS E GOVERNO LOCAL MARCA O INÍCIO DE UMA NOVA HISTÓRIA: A CERTEZA DE QUE SE TRATA DE UM MINISTÉRIO REALMENTE PÚBLICO A CASA DO CIDADÃO

Quando os canais de comunicação entre governo do Distrito Federal e servidores públicos estavam praticamente cortados, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios passou a intermediar o impasse que se anunciava duradouro e de difícil negociação. Várias greves começaram a paralisar áreas de vital importância para a cidade, como a saúde, limpeza urbana, educação e transportes. Ao concordar em ser o mediador entre servidores e governo local, o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal conseguiu aproximar, de forma inédita, o Ministério Público da sociedade.

"Quando aceitei ser o interlocutor das partes, minha grande preocupação, no início, era com a saúde pública, no caso da greve do Serviço de A Jardinamento e Limpeza Urbana (Salub). Minha preocupação era com as toneladas de lixo que se acumulavam nas ruas e a possibilidade de chuva, houvesse uma grande contaminação na cidade", afirmou Eduardo Albuquerque. O MPDFT iniciou a intermediação da greve do Salub no dia 11 de outubro. No dia seguinte os piquetes foram levantados e, no dia 13, após assembleia da categoria, os garis voltaram a cuidar da limpeza de Brasília depois de nove dias parados. Sete dos 11 pontos reivindicados pela categoria foram aceitos pelo governo.

Durante a negociação, Eduardo Albuquerque recebeu, ainda, denúncia encaminhada pelo presidente do Sindicato dos Servidores Públicos (Sindser), Cícero Rola, sobre indícios de irregularidades no programa de Parceria Popular, como o não pagamento de férias e recolhimento de direitos trabalhistas.

O final da greve do Salub marcou, também, o início da intermediação do MPDFT no impasse entre os professores e o GDF. Representantes do Sindicato dos Professores (Sinpro) reuniram-se com a Promotora de Justiça Luisa de Marillac, da Promotoria de Defesa da Educação, no dia 14 de outubro, e o MPDFT passou a negociar com o governo as reivindicações dos grevistas. Enquanto

Eduardo Albuquerque assumia a negociação das reivindicações de ordem financeira, Luisa de Marillac concentrou-se nas questões que envolviam a Secretaria de Educação e políticas educacionais. Já na primeira rodada de negociações, vários pontos foram acertados e, entre eles, a não punição, sob qualquer hipótese, dos professores grevistas. No dia seguinte - 20 de outubro - escorados no compromisso de não punição, os professores decidiram por radicalizar o movimento e, diante da decisão da categoria, o MPDFT anunciou sua saída das negociações. No mesmo dia, os líderes grevistas voltaram atrás e solicitaram mais uma rodada de negociações, marcada para o dia 21 de outubro.

A reunião entre Sinpro e Eduardo Albuquerque foi marcada pelo clima de conciliação. Novas reivindicações foram apresentadas ao Procurador-Geral. Dois dias depois veio a resposta do GDF, acatando a maioria das reivindicações, mas deixando de fora duas das principais: a Tidem (Tempo Integral de Dedicção Exclusiva do Magistério) e o aumento de 20% para 30% da gratificação de regência de classe. Mas a possibilidade de

Dia 17 de outubro: mais de 400 servidores auxiliares da Educação, em greve há 21 dias, ocuparam, pacificamente, o segundo andar da Subsecretaria de Educação, em uma tentativa de serem atendidos pelo Subsecretário

de Assuntos Intersindicais, Vatanábio Brandão. De acordo com Francisco das Chagas, secretário-geral do Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar (SAE), a ordem era desocupar o prédio somente quando o governo negociasse. Com a intervenção do Procurador-Geral de Justiça do DF, a ocupação durou apenas 30 horas. A desocupação foi a condição definida por Eduardo Albuquerque para que o MPDFT intermediasse a negociação. Após três dias de negociações, no dia 21 de outubro, com 23 dias em greve, os auxiliares de ensino voltaram ao trabalho. Na foto, Eduardo Albuquerque negocia com Francisco das Chagas (dir) e representantes do SAE.



Durante visita de negociação com o MPDFT, sindicalistas do Sindser ocuparam o estacionamento do MPDFT, em manifestação pacífica, com direito a carro de som, faixas e discursos

negociação dos pontos financeiros não foram encerradas. O governador Roriz convidou Eduardo Albuquerque para, juntos, irem ao ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, em busca de verbas que atenderiam a essas questões. Compromisso aceito e assumido pelo Procurador-Geral de Justiça que, no final da



última rodada de negociação, assinou termo de compromisso junto com Rejane Pitanga, uma das diretoras do Sinpro, e encerrou sua participação na intermediação entre governo e professores.

Em assembleia marcada para o dia 24, o Sinpro orientou os professores pelo fim da paralisação mas a categoria, explicitamente dividida, optou pela continuidade da greve e, segundo noticiário de televisão, anunciou a ida ao Congresso Nacional para reivindicar, diretamente com Antônio Carlos Magalhães, a liberação de verba federal. No dia 6 de novembro, quando o impasse entre Governo do Distrito Federal e professores durava 40 dias, o desembargador Asdrubal Nascimento Lima, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, determinou o imediato retorno da categoria às salas de aula. Caso permanecessem em greve, o Sinpro estaria sujeito a pagar uma multa diária de R\$ 2 mil.

Na incansável busca pela solução do impasse entre professores e governo local, a Promotoria de Defesa da Educação marcou uma audiência pública. O objetivo era atenuar os prejuízos causados aos estudantes do ensino público. O pedido era o adiamento do PAS.

Um dia depois, sensibilizada, UnB adiou a avaliação para janeiro de 2001

Na tentativa de diminuir os prejuízos dos alunos, causados pela greve dos professores, a Promotora de Justiça Luisa de Marillac decidiu, mais uma vez, mediar o conflito. Em 13 de novembro convocou, para o dia seguinte, audiência pública para discutir os efeitos da greve dos professores no calendário escolar e, principalmente, as consequências para os estudantes que farão o Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília (UnB) e os vestibulares de 2001. Preocupada com os alunos da rede pública de ensino, Luisa de Marillac buscou um consenso entre as entidades ligadas à Educação e atuou pelo adiamento do PAS. No dia 14 de novembro, reunidos em tumultuada assembleia, os professores aprovaram a suspensão da greve até o dia 24 de novembro. No mesmo dia, durante a audiência pública, representantes da Secretaria de Educação, Sinpro, Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinep), União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Brasília (Umesb) uniram-se ao MPDFT em pedido uníssono pelo adiamento do PAS. Um dia depois, o reitor da UnB, Lauro Morhy, anunciou o adiamento do PAS para janeiro de 2001. Tratava-se de mais uma vitória do MPDFT como mediador de conflitos entre governo e categorias de trabalhadores que afetam, diretamente, a coletividade. Estiveram presentes na audiência pública: (dir) Cláudio Vieira Batista (Sinep), Marcos Mourão (Umesb), Mauro Moura (UnB), Luisa de Marillac, Dora Vianna Manata (Secretaria de Educação), Procurador de Justiça Ezequiel de Araújo. A representante do Sinpro, Doralice Souza Lima, também participou da audiência.

O COMANDO DE GREVE PROCUROU A INTERMEDIAÇÃO DO PGJ NA BUSCA DE SOLUÇÃO PARA GREVE QUE DURAVA 20 DIAS. NO DIA SEGUINTE VOLTARAM AO TRABALHO



O Departamento de Estradas de Rodagem (DER), em greve desde 4 de outubro, buscou, no dia 20, a intermediação do MPDFT. Eram 915 trabalhadores parados. Estiveram reunidos com Eduardo Albuquerque o deputado federal Agnelo Queiróz (PCdoB/DF), o deputado distrital Paulo Tadeu (PT), Érika Kokay, presidente da CUT e Cícero Rola, diretor do Sindser. No dia 25 de outubro foi assinado um termo de compromisso entre Eduardo Albuquerque e Cícero Rola, que continha as reivindicações da categoria acatadas pelo GDF. O documento foi levado à assembleia do DER, quando a categoria decidiu, pelo fim da greve.



TERCEIRO SETOR

O TERCEIRO SETOR FAZ PARTE DO COTIDIANO DE TODOS NÓS MPDFT EM BUSCA DA AMPLA JUSTIÇA SOCIAL

"A idéia de Justiça Social é o mote que nos une neste evento porque obrar esta Justiça tão popular e extensa não é apenas – e nem talvez principalmente – uma tarefa do Estado. Antes, é fundamental que a sociedade brasileira se mobilize para construir com suas próprias mãos o seu destino, e nós do Ministério Público, não temos hoje a menor dúvida: a depender das Organizações não-governamentais, a sociedade civil brasileira está vaticinada a realizar seu mais belo sonho, sua mais digna tarefa: a tarefa de promover uma ampla e irrestrita Justiça Social, uma justiça voltada para o nosso povo, o único caminho capaz de nos conduzir a uma sociedade efetivamente fraterna, pluralista e sem preconceitos." Com estas palavras, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, deu início aos trabalhos do Seminário do Terceiro Setor do DF — Quem somos e o que queremos?, realizado no auditório do Edifício-Sede do MPDFT, entre os dias 18 e 20 de outubro. O objetivo do seminário foi debater, por meio de palestras e exposições, temas rela-

cionados com as áreas de direitos humanos, saúde, educação, meio ambiente e assistência social. O evento contou com a participação de 211 entidades e 515 participantes. O tema debatido no primeiro dia foi "Terceiro Setor e a Promoção do Ser Humano". No segundo dia, foram debatidos a "Infância, Juventude e Educação". No encerramento, dia 20, foram avaliados o "Acesso à Justiça, Saúde, Idosos e Pessoas Portadoras de Deficiência".



A solenidade de abertura do seminário. Da esq. para a dir.: João Fernando Neto, Superintendente da Petrobrás; Sabo Paes, Promotor de Justiça; Isan Oliveira, Presidente da Federação das Fundações Privadas do DF; Eduardo Albuquerque, Procurador-Geral de Justiça do MPDFT; Luisa de Marillac, Promotora de Justiça; Perseu Santos, Diretor técnico-científico da Fundação de Apoio à Pesquisa do DF; e Guilherme Schelb, Procurador da República.

Finalizando, Eduardo Albuquerque homenageou "os grandes Promotores de Justiça, Luisa de Marillac, Leslie Marques, Juliana Santilli, Katia Lemos, Neurimar Patrícia, Adriana Sette, Renata Salles, Marisa Isar, Eduardo Sabo, Gladaniel Palmeira, Vandir Ferreira, Newton Cezar Valcarengi, Libanio Rodrigues e André Almeida, que atuam nas chamadas "Promotorias do Terceiro Setor", e que, fiéis a essa nova perspectiva, se dedicaram à organização do evento, trazendo a sociedade para dentro desta casa".



Apresentação do Grupo Surdodum, convidado pelo Agora

Grupo de idosos participantes do evento



AEUDF E MPDFT: QUANDO A UNIÃO FAZ A FORÇA

As 60 vagas esgotadas, aulas disputadas e temas que empolgaram os alunos. O sucesso do curso de extensão sobre a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: O Papel da Escola e dos Conselhos Tutelares, parceria entre o MPDFT e a Faculdade AEUDF, foi tão grande que já se pensa em uma segunda etapa para breve. Foram ministradas aulas sobre "O papel da escola no encaminhamento de crianças e adolescentes em situação de risco", pela Promotora de Justiça Luisa de Marillac; "Os instrumentos de atuação do Ministério Público na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes", pela Promotora Selma Sauerbronn de Souza e "Os aspectos éticos no processo pedagógico: competência, solidez de argumentação e respeito a si e ao próximo", ministrada pelo professor da AEUDF, Renato Manuel Duarte Costa. Na foto, a aula inaugural, ocorrida no dia 26 de outubro, no auditório da AEUDF que contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque (dir.), Promotora Luisa de Marillac e o deputado distrital Wasny de Roure (PT).



PROCURADORIA DISTRITAL: A CERTEZA DE QUE OS DIREITOS DO CIDADÃO ESTÃO GARANTIDOS

Em 1993, com o advento da Lei Complementar nº 75, O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios estruturou a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão. O propósito era instituir uma procuradoria que atuasse amplamente na defesa de todas as questões que afetassem a cidadania, direitos difusos e coletivos da população. Nomeado em maio deste ano para exercer a função de Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, o Procurador de Justiça Antônio Ezequiel de Araújo Neto, que atuou com grande brilho na Promotoria de Defesa do Consumidor (Prodecon), vem adotando uma sistemática de ação, cuja finalidade é proporcionar o devido apoio institucional às várias promotorias especializadas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Um trabalho de reconhecimento e mérito indiscutíveis.

Entre várias atuações e na constante vigília pelos direitos do cidadão, destacamos a elaboração de inúmeras ações de improbidade administrativa contra entidades ligadas ao poder público no Distrito Federal. Tratou-se de um trabalho preciso, em parceria com a Promotoria de Defesa do Patrimônio. Ela também agiu conjuntamente com a Promotoria de

Defesa do Consumidor na luta pela livre concorrência entre os taxistas. Um dilema que se arrastava há anos no Distrito Federal e que, com a intervenção da Promotoria, tornou-se uma vitória comemorada largamente pelos motoristas de táxi. Em recente audiência realizada pela Promotoria de Defesa da Educação para debater os efeitos da greve dos professores no calendário escolar, a Procuradoria Distrital também prestou seu apoio institucional, participando das discussões e estudando soluções para que os alunos não ficassem prejudicados.

Mas a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão possui outras atividades específicas, como as frentes prioritárias de ação. Por exemplo, atua conjuntamente com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal em vistoria permanente às creches subvencionadas pelo governo. Trata-se de um trabalho de caráter preventivo, cujo objetivo é evitar acidentes. No caso de irregularidades detectadas, a Procuradoria atua para que o problema seja resolvido.

Na Procuradoria Distrital também são feitos trabalhos em parceria, como as atividades desenvolvidas com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Um estímulo para que todo tipo de denúncia referente à violação dos direitos humanos, bem com ofensas contra a mulher sejam encaminhados para o MPDFT, para que a Procuradoria Distrital adote as devidas providências.



Ezequiel de Araújo Neto,
Procurador Distrital dos Direitos dos Cidadãos

COLAR DO MÉRITO DO MPDFT - A JUSTA HOMENAGEM

A entrega do Colar do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios está marcada para o dia 14 de dezembro, às 20 horas, no auditório do Edifício-Sede do MPDFT. Serão agraciados com o colar as seguintes autoridades: Vice-Presidente da República, Marco Antônio Maciel; presidente do STF, ministro Carlos Mário Velloso; presidente do STJ, ministro Paulo Costa Leite; presidente do TSE, ministro José Neri da Silveira; presidente do TST, ministro Almir Pazzianotto Pinto; Procuradora-Geral da Justiça Militar, Adriana Lorandi Carneiro; presidente do TJDF, desembargador Edmundo Minervino Dias; os Procuradores da República Guilherme Zanina Schelb e Luiz Francisco Fernandes de Souza; deputado federal José Genuíno; jornalista Carlos Chagas e a servidora Margarida Vieira Teixeira. Esta será a segunda cerimônia de entrega do Colar do Mérito do MPDFT, criado pela portaria nº 725, de 16 de setembro de 1997, com o objetivo de reconhecer formalmente personalidades da vida pública que, por seus méritos e relevantes serviços prestados à cultura jurídica ou ao Ministério Público, façam jus à especial distinção. Os aposentados do MPDFT do serão homenageados em fevereiro de 2001.

BANDEIRA SUPRAPARTIDÁRIA: OBJETIVO É O FORTALECIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Negociador afinado

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do DF e Territórios, Eduardo Albuquerque, mostrou que é um negociador afinado não só com os sindicalistas, como ocorreu durante as greves dos garis e dos auxiliares de ensino, que intermediou com sucesso. Na comemoração do seu aniversário, ele confraternizou com as mais diversas correntes políticas na mansão Flamboyant. Reuniu líderes e caciques da situação e da oposição ao Governo. Foi cumprimentado também por altas figuras do mundo jurídico e social de Brasília. A grande notícia lhe foi dada ao final da festa: naquele mesmo dia, 8 de novembro, o plenário da Câmara Legislativa conferiu-lhe, por unanimidade, o título de Cidadão Honorário de Brasília. Parabéns ao procurador, que em sua posse prometeu transformar o Ministério Público num local de entendimento, aproximando-o da comunidade. E é exatamente isso o que vem fazendo com o Ministério Público, assumindo o papel de defensor do cidadão.

Jornal de Brasília, 14/11/2000
Justiça e Cidadania

MÃOS À OBRA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PROMOTORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE É REALIDADE PARA 2001

O esforço da Procuradoria-Geral do MPDFT junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional resultou não apenas na antecipação, em um ano, do início da construção da Sede da Promotoria da Infância e Juventude, como também na própria ampliação das etapas a serem cumpridas em 2001. Prevista no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) da União para execução a partir de 2002, a obra passa a receber recursos já no próximo exercício, graças ao êxito das gestões realizadas pela PGJ. Primeiro, a decisão do Ministério do Planejamento em incluir no Projeto do Orçamento encaminhado pelo Executivo, para apreciação do Congresso, unidade orçamentária específica para a referida obra, mediante a consignação de R\$ 200.000,00. O PPA passou a ser referência obrigatória na elaboração do orçamento de cada ano, e somente propostas bem fundamentadas podem alterar a ordem de prioridades disposta naquele plano plu-

riannual. As gestões junto a parlamentares do Distrito Federal levaram à obtenção de um acréscimo de R\$ 420.000,00 aos recursos destinados à construção do edifício da Promotoria da Infância e da Juventude.

De acordo com a arquiteta Regina Fonteles Cabral, tudo está sendo preparado para que, no início de 2001, todos os projetos estejam prontos para o início do processo de licitação. "Pretendemos terminar o projeto de adaptação de arquitetura e definir a contratação dos serviços de instalação elétrica e hidrossanitária neste ano. Queremos entrar em 2001 com todos os projetos definidos, prontos para licitar a obra", assegurou Regina Fonteles Cabral. De acordo com a arquiteta, a previsão de execução e entrega da obra é de, aproximadamente, 24 meses. Será mantido o estilo arquitetônico básico do edifício da Promotoria de Taguatinga, com algumas adaptações como, neste caso, a construção de

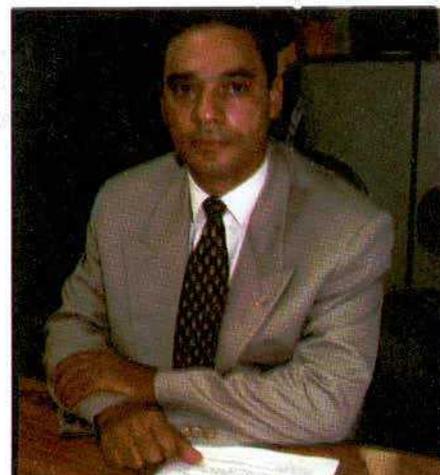
celas femininas e masculinas, fraldário e enfermaria para primeiros socorros.

A sede da Promotoria da Infância e Juventude terá uma área total de aproximadamente 4.600 metros quadrados e ficará localizada na EQN 711/911-Lote B, com frentes para as duas vias públicas de grande movimento e boa acessibilidade ao transporte coletivo. Além disso, pretende-se ampliar o subsolo para que o arquivo central do Ministério Público seja transferido para o local. Para facilitar o acesso das pessoas portadoras de deficiência já está sendo preparado e programado acesso ao prédio e a todos os locais da edificação, com rampas, vagas específicas para automóveis e banheiros apropriados. O custo da adaptação do projeto de arquitetura está estimado em R\$11.300,00 e os de instalações e ar condicionado, em R\$ 30.000,00. O projeto de estrutura será desenvolvido pela engenheira servidora do MP, Marcilena de Vasconcelos.

CCJ DA CÂMARA LEGISLATIVA AVALIA PROJETO QUE DESTINA ÁREA PARA A CONSTRUÇÃO DA PROMOTORIA DO GAMA

O projeto de lei complementar que estabelece a doação de terreno para a construção do edifício da Promotoria de Justiça do Gama já está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal, aguardando parecer do relator, deputado Wilson Lima (PSD). O projeto é resultado do esforço do Promotor de Justiça Wandelely Ferreira dos Santos que, por meio de um trabalho de esclarecimento junto à Câ-

mara Legislativa, conseguiu com que o terreno destinado ao prédio da Promotoria do Gama fique localizado próximo do novo Fórum no Setor Oeste. Segundo Wandelely, a proximidade com o fórum facilitará, certamente, o trabalho dos Promotores. O projeto de Lei Complementar nº 787/00 é de autoria do deputado distrital César Lacerda (PTB) e entrou em tramitação na Câmara Legislativa no dia 19 de setembro.



Promotor Wandelely Ferreira dos Santos